

Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim



Plano de Ação e Orçamento 2016



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

Largo da Misericórdia – Apartado 314 – 4494-909 PÓVOA DE VARZIM
Cont. N.º 500 850 208



ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

CONVOCATORIA

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Compromisso, convoco todos os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia, no gozo dos seus direitos, a tomarem parte na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia **29 de Novembro de 2015 (Domingo)**, pelas **09.30 horas**, no Salão Nobre desta Instituição, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. *Apreciar, discutir e aprovar o plano de actividades e orçamento de exploração previsional e investimentos para o ano de 2016, e Parecer do Definitório ;*
2. *Meia hora para tratar de qualquer assunto de interesse para a Santa Casa da Misericórdia, de acordo com o n.º 3 do artigo 22.º do Compromisso.*

Se á hora marcada não se encontrar presente a maioria dos Irmãos inscritos, esta funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Compromisso, com a mesma ordem de trabalhos.

Póvoa de Varzim, 03 de Novembro de 2015

O Presidente da Assembleia Geral

Manuel Alves de Aguiar Quintas, Dr

Instituição de Utilidade Pública

Medalha de Ouro de Reconhecimento Poveiro
11/11/1986

PLANO DE AÇÃO

A situação de indefinição política em que se poderá viver no ano de 2016, e as condições de acesso aos fundos europeus, não claramente definidas, condicionam a execução do Plano de Ação para o próximo ano. Por outro lado, a inexistência de um Orçamento de Estado, não permite saber, com segurança, quais as possíveis alterações das participações do Estado nos acordos de cooperação com a Misericórdia, e os valores das reformas e pensões de aposentação, muito embora não se prevejam alterações significativas.

O fim da crise económico-social poderá não se concretizar, continuando as famílias a ter dificuldade em pagar as prestações complementares dos serviços prestados aos idosos. Por outro lado, o programa PEA (Programa de Emergência Alimentar) poderá continuar a existir por mais alguns meses.

A sustentabilidade financeira da Misericórdia, continuará a ser a base da adequação do Plano de Ação no que respeita às respostas sociais, aos acordos estabelecidos com as diversas entidades.

A modernização da nossa estrutura funcional, a rentabilização da nossa capacidade instalada, com diversificação de serviços prestados à comunidade, a aposta na qualidade e a qualificação dos nossos trabalhadores, são exigências decorrentes da necessidade de não perder o “comboio da modernização”, sem as quais a competitividade e a sustentabilidade não têm base de apoio.

A abertura ao meio, estabelecendo acordos com instituições da área social ou educacional, poderá continuar.

Na área do trabalho a disponibilidade para estabelecer acordos, traz vantagens mútuas. Por um lado, dando oportunidade aos jovens, ou menos jovens, de conhecerem o que é a atividade do Terceiro Setor, e por outro lado a Instituição beneficia do contacto com novas abordagens das questões que colocam na área social, e ajuda a preparar potencial humano.

O Plano de Ação para o ano de 2016 foi elaborado neste quadro, com pressupostos da situação nacional, mas tendo em conta a realidade local, decorrendo daí um orçamento rigoroso, face aos meios financeiros cada vez mais escassos, e ao crescente aumento dos preços dos bens e serviços, indispensáveis ao regular funcionamento das diferentes valências.

A sustentabilidade da Instituição, nas suas vertentes económica e financeira, continuará a ser uma preocupação latente, ajustando as despesas às receitas

Área Social

A ocupação das camas disponíveis nas estruturas residenciais, tem-se mantido nos últimos anos constantemente nos 100 %, não tendo a Misericórdia conseguido dar resposta, por falta de camas, às solicitações da população, prevendo-se que a procura se mantenha, quer para admissão definitiva, quer para situações temporárias, resultantes de impossibilidade dos cuidadores habituais continuarem a dar apoio, por razões de saúde.

As situações de demência frequentes, e o estado de saúde das pessoas que procuram as estruturas residenciais para idosos, exigirão cada vez mais o reforço do serviço de saúde de modo a responder a essas necessidades.

A flexibilidade dos nossos serviços, terá que ter em conta as dificuldades das famílias na prestação de cuidados, dado o envelhecimento da população, e as conseqüentes limitações inerentes a essa situação.

O serviço de Ocupação e Desenvolvimento Pessoal, continuará a ter um papel importante no bem estar das pessoas por nós cuidadas, pelo que serão criadas melhores condições físicas e instrumentais, para a atividade dos técnicos que trabalham nesta área.

Os portadores de Paramiloidose continuarão a ter o apoio específico desta Misericórdia, e será lançada uma campanha de informação, quer a nível da população em geral quer aos técnicos de saúde, chamando a atenção para a doença, suas conseqüências e a necessidade de a controlar à nascença.

A nova legislação para as estruturas residenciais para idosos, obriga-nos a requalificar as instalações. A necessidade de manter o número de camas para dar resposta à procura das populações, a adequação de alguns espaços que já não respondem às atuais exigências, os ajustamentos na organização dos serviços, a melhoria do conforto térmico, a instalação

de painéis solares para economia de energia e a recuperação das fachadas mais antigas, são uma necessidade, sendo o recurso ao programa “ Norte 2020 ”, uma oportunidade para proceder à melhoria das instalações.

A certificação de qualidade da área social, necessidade dos tempos atuais, será uma realidade no início do ano 2016.

O interesse manifestado pela população local, em ajudar a Misericórdia, pela sua disponibilidade de tempo e vontade, e a mais valia que pode trazer aos que são acolhidos e cuidados na Instituição, permitirá alargar o voluntariado à ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas)

Globalmente, para esta área de atividade, prevê-se uma estagnação dos valores a receber pela prestação dos apoios.

Área da Saúde

Cuidados Continuados:

Nos acordos com a Administração Regional de Saúde do Norte não se preveem alterações nos valores a pagar pelos serviços prestados, durante o ano de 2016.

Será mantido o processo da qualidade JCI, iniciado com a certificação obtida em maio de 2014, melhorando o funcionamento e o acesso às unidades.

Medicina Física e de Reabilitação:

É uma área da saúde com grande oferta de serviços de várias unidades, particularmente na zona da Póvoa - Vila do Conde. A nossa capacidade de resposta nesta área, como noutras áreas da saúde, poderá ser alargada, oferecendo outros serviços, tendo em conta o corpo técnico de que dispomos, de modo a rentabilizar as instalações, os meios humanos e os equipamentos.

Área do Trabalho

A avaliação de desempenho, continuará a ser um instrumento essencial na evolução nas carreiras profissionais.

Não é possível ainda, neste quadro de restrições económico-financeiras, realizar aumentos de salários generalizados, situação que tem sido reportada aos representantes dos trabalhadores.

É neste quadro que iremos desenvolver, no próximo ano, a nossa atividade, certos que a procura de apoio para os mais idosos, muitos com uma baixa pensão, mas com as mesmas necessidades de apoio dos que possuem rendimentos mais elevados, continuará a sentir-se, e o apoio social aos mais carenciados, terá de continuar.

O Plano de Atividades para o ano de 2016, baseia-se em dez eixos de orientação estratégica:

- I - Requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- II – Reabilitação do edifício da Igreja;
- III - Organização e implementação de um sistema geral de arquivo de documentação;
- IV – Poupança de energia e investimento em energias renováveis;
- V - Promoção da qualidade dos serviços prestados;
- VI - Capacitação e qualificação dos trabalhadores;
- VII– Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local;
- VIII – Alargamento do voluntariado à ERPI;
- IX– Diversificação das atividades no âmbito da saúde, na unidade de Medicina Física
- X- Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira.

As principais realizações previstas, no âmbito destas linhas orientadoras, são:

- Requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Esta requalificação passa por:

- eliminar os espaços com mais de 3 camas, obedecendo à legislação para estruturas residenciais para Idosos, criando quartos de 1, 2 e 3 camas com quartos de banho, em todos os espaços onde ainda não existem;
- melhorar as condições de isolamento térmico de todos os edifícios que constituem a estrutura residencial, revestindo exteriormente as paredes mais antigas de capoto, e substituindo a caixilharia existente antiga, por nova em alumínio lacado

com vidro duplo e corte térmico

- pintura geral de todos os edifícios da estrutura residencial

- construção de edifício por cima do parque como forma de garantir as mesmas camas atualmente existentes, após a remodelação dos edifícios.

- colocação de painéis solares térmicos para apoio energético aos edifícios da estrutura residencial.

Estas obras serão objeto de concurso ao Norte 2020, em um ou mais concursos separados, de acordo com o que for mais favorável.

Reabilitação do edifício da Igreja

Com base no Plano de Reabilitação Urbana na área em que se insere, e através de programa próprio com fundos do Norte 2020, serão executadas obras de reabilitação do edifício.

Esta reabilitação passa por:

- Recuperação da cobertura do edifício;

- Recuperação de toda a caixilharia das janelas e portas;

- Limpeza de toda a área em granito;

- Pintura geral do exterior do edifício.

Organização e implementação de um sistema geral de Arquivo de Documentação

Com base nas normas nacionais, e em colaboração com a Misericórdia de Vila Nova de Gaia, Arquivo Distrital do Porto, Direção Geral dos Arquivos e apoio técnico do Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim, serão criados espaços e organizados os arquivos da diferente documentação da Instituição, bem como estabelecidos procedimentos na circulação dos documentos de modo a simplificar, sistematizar e dar maior segurança à circulação de documentos e respetivos arquivos.

Poupança de energia e investimento em energias renováveis

Continuarão a ser implementadas medidas tendentes a reduzir o desperdício de energia.

A substituição de lâmpadas convencionais e fluorescentes, nos locais de maior utilização da iluminação artificial, por lâmpadas LED, irá prosseguir.

Montagem de painéis fotovoltaicos, nas coberturas do edifício da ERPI e edifício da Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração, recorrendo a programa para energias renováveis no programa Norte 2020 – empréstimo a médio/longo prazo com juro bonificado ou através de financiamento na banca com prazo adequado e baixos juros, se o primeiro não for conseguido ou estiver indisponível.

Promoção da qualidade dos serviços prestados:

Certificação de qualidade Equass, com auditoria final no mês de março, abrangendo a quase totalidade das respostas sociais.

Capacitação e qualificação dos trabalhadores da Instituição:

As ações de formação decorrerão no âmbito de acordos com o IEFP, através do cheque formação.

A formação centrar-se-á em áreas de interesse para a nossa atividade, nomeadamente:

- prestação de cuidados aos doentes, utentes e residentes;

- higiene e segurança no trabalho

- prevenção e controlo de infeção

- suporte imediato de vida

- intervenção de enfermagem em urgência respiratória, monitorização/interpretação de ECG

- área administrativa (em parceria com outras entidades do setor social local)

- ética e deontologia profissional

- informática no ponto de vista do utilizador

Através de parcerias com empresas de formação e com apoio de programas do Portugal 2020, para a população em geral, nas áreas da nossa atividade.

Através do IEFPP, certificação de competências de trabalhadores sem formação escolar específica – ajudantes de ação direta.

Resposta às necessidades dos mais carenciados da sociedade local:

- Programa de Emergência Alimentar

Tal programa, por depender da necessidade de apoio social e da vontade do Ministério da Segurança Social, ocorrerá enquanto nos for solicitado, dentro do acordo ou não com o Instituto da Segurança Social, podendo passar por outros tipos de apoio como agora já acontece.

Alargamento do voluntariado à ERPI:

- Estudo da situação - durante o 1º trimestre.
- Alargamento de bolsa de voluntários e arranque do voluntariado na resposta social - durante o 2º trimestre.

Diversificação das atividades no âmbito da saúde, na unidade de Medicina Física:

- Implementação de atividades no âmbito da Fisiatria, ao longo do ano, para rentabilizar as estruturas existentes e disponibilidades de pessoal técnico, implementando novas áreas de intervenção na saúde, e alargando as áreas da nutrição e psicologia, bem como classes de atividade física ligadas à recuperação e melhoria do bem estar físico.

Promoção de equilíbrio e sustentabilidade financeira:

- Controle dos custos, através da sensibilização interna dos trabalhadores para o combate ao desperdício dos bens e energias, particularmente da iluminação e aquecimento; informação e formação dos trabalhadores para a utilização adequada dos equipamentos; diversificação dos fornecedores, na procura dos que oferecem os produtos e serviços com a melhor relação qualidade/preço.

Conclusão

Este Plano de Ação, consubstancia um orçamento cauteloso, mas capaz de permitir a sua concretização.

Orçamento

Linhas Orientadoras

As linhas orientadoras do Orçamento estão baseadas nas condições dos atuais acordos de cooperação e terão em conta as realizações previstas com base nos eixos orientadores enunciados.

Alguns pressupostos tiveram de ser levados em conta para a sua elaboração, tais como:

- Previsão de evolução dos preços dos combustíveis e outras energias, água e saneamento:

No âmbito dos combustíveis, que têm um peso significativo no orçamento, o gás GPL e combustíveis líquidos terão, previsivelmente estabilidade de preços com eventual aumento para o 2º semestre de 2016.

A energia elétrica poderá sofrer um aumento de 2,5 % na taxa de acesso às redes. A substituição das lâmpadas de halogéneo e fluorescentes de maior utilização, por lâmpadas LED, poderá compensar em parte o aumento na fatura da eletricidade atrás referida. A entrada previsível em funcionamento do equipamento fotovoltaico, trará numa diminuição dos custos de eletricidade. Neste quadro optou-se por manter cautelosamente os custos associados a estas componentes, sem alteração, relativamente ao ano anterior.

- Efeitos da Inflação;

Tendo em conta a taxa de inflação do ano 2015, no início do ano, os valores a pagar nos contratos dos prestadores de serviços poderão sofrer ajustamentos.

Também os preços no setor de alimentação e bebidas, poderão ter evolução com base neste valor.

- Evolução dos salários

O aumento dos custos do trabalho, resultará da provável alteração dos acordos laborais, alteração do salário mínimo, ainda indefinido, e evolução nas carreiras profissionais.

A Mesa Administrativa

Informações relevantes para a elaboração do orçamento

Esclarecimentos relevantes para melhor compreensão dos valores expressos nas diversas rubricas da conta de exploração previsional e do plano de investimentos, conforme segue:

No âmbito dos gastos e perdas

- O valor das matérias e dos produtos consumidos previstos (géneros alimentares e outros, ou seja, produtos de higiene e limpeza, material de incontinência, produtos paramédicos, medicamentos e material administrativo e informático), foi elaborado com base nos valores contabilizados disponíveis e na gestão de stocks, tendo em conta a perspetiva de evolução.

- O cálculo previsional dos valores expressos nas diversas rubricas dos “fornecimentos e serviços externos” (FSE) mereceu cuidado especial a análise dos principais itens:

* “serviços especializados” e “honorários” incidem maioritariamente na área da saúde (45,6%).

* a rubrica de “conservação e reparações” que permite manter em funcionamento os diversos edifícios, instalações e equipamentos cujo valor previsto está relacionado com a intensidade da utilização desses bens (10,0%).

*na rubrica de “energia e fluidos”é relevante a evolução do custo da eletricidade e outros fluidos (gás) pelo peso que tem na estrutura dos fornecimentos e serviços externos (32,2%), justificando a necessidade de investir em energias alternativas.

* nos “serviços diversos” previstos para o próximo ano, os valores das sub-rubricas são idênticos aos suportados no corrente ano. Pontificam os gastos com as comunicações, os seguros e os encargos de saúde com utentes (8,4%).

- O cálculo dos “gastos com pessoal” previstos foram elaborados a partir da análise das remunerações e respetivos encargos patronais, por categorias profissionais, de acordo com o quadro de pessoal e protocolos de estágios estabelecidos com o IEFP.. Foi tido em conta a alteração da contratação coletiva e o acréscimo de 0,4% dos encargos patronais sobre remunerações em 2016. O peso na estrutura de gastos está expresso no gráfico constante desta brochura.

- Restantes rubricas de gastos, por serem específicas, como é o caso do cálculo das depreciações dos ativos tangíveis que estão sujeitas a taxas legais; gastos sujeitos a situações circunstanciais (gratificações/estímulos); encargos relacionados com financiamentos (gastos financeiros) e ainda outras rubricas de reduzido valor e utilização esporádica que não justificam discriminação mais pormenorizada.

No âmbito dos rendimentos e ganhos

- Os “serviços prestados”, foram previstos com base nos valores esperados para 2016, tendo em conta a evolução do corrente ano. Englobam as mensalidades dos utentes da terceira idade, a faturação dos clientes das duas unidades de cuidados continuados e da fisioterapia e ainda de outros valores residuais.

- As “Comparticipações e subsídios eventuais à exploração”, previstas compreende os valores dos acordos de cooperação com a segurança social e os valores estimados que usualmente a instituição recebe do Turismo de Portugal e de estágios com o IEFP.

- Na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” estão registados os valores previstos de rubricas de “rendimentos suplementares” (parque de estacionamento e outras receitas, algumas de reduzido valor); de “rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros” (rendas obtidas); de “subsídios para investimentos” referente a transferências de valores da conta de subsídios ao investimento realizados em anos anteriores e que são transferidos como ganhos de 2016, na proporção das depreciações esperadas do ativo fixo tangível que foi objeto de subsídios específicos ao investimento; o valor estimado a contabilizar como contrapartida do subsídio de refeição constante nos recibos de pessoal. Nesta rubrica foram ainda reconhecidos os valores estimados que ocorrerão com grande probabilidade das ofertas do banco alimentar de luta contra a fome e de outras entidades, tanto em espécie como em numerário, tendo por base os valores verificados no corrente ano.

- Finalmente, o investimento está espelhado no “orçamento de investimentos” e justificado no “plano de ação”, no âmbito da intervenção prevista, montantes de investimento em cada ação e respetivas fontes de financiamento, prioridades e condicionalismos de realização.

José Loureiro dos Santos, economista da Instituição

PARECER DO DEFINITÓRIO

Em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 31º do Compromisso, após o Definitório ter analisado as atividades previstas no Plano de Ação, a Conta de Exploração Previsional e o Orçamento de Investimentos para o ano de 2016, considerou que os valores apresentados para a atividade corrente estão adequados à dimensão da Instituição, permitindo obter um resultado líquido esperado de 14.620,00 euros. Os investimentos no montante de 2.342.860,00 euros apresentam-se necessários, mas sujeitos ao cumprimento das condições adequadas de financiamento, tal como está previsto no orçamento.

As diversas peças contabilísticas apresentadas estão corretamente elaboradas, tendo em conta os objetivos propostos pelo plano de ação.

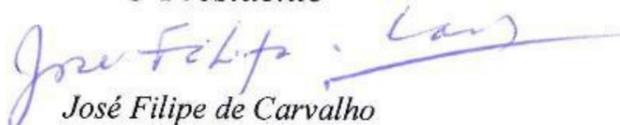
Assim este Definitório deliberou:

- Dar parecer favorável ao Plano de Ação e Orçamento para o ano de 2016, apresentado pela Exma Mesa Administrativa, pelo que deve ser aprovado pelos Irmãos.

Póvoa de Varzim, 18 de novembro de 2015

O Definitório

O Presidente


José Filipe de Carvalho

A Secretária


Maria Emília Macedo Oliveira

O Relator


José Carlos Brandão Gomes

**CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL
E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS
E DESINVESTIMENTOS**

RESERVADO AOS SERVIÇOS	
ANO DE 2016	
1º ORÇAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>
REVISTO Nº 1	<input type="checkbox"/>

NOME: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DA PÓVOA DE VARZIM

NIPC: 500 850 208

MORADA: LARGO DA MISERICÓRDIA

Nº: S/N ANDAR: _____ LOCALIDADE: PÓVOA DE VARZIM

NISS: 20006319537

FREGUESIA: PÓVOA DE VARZIM

CONCELHO: PÓVOA DE VARZIM

CÓD. POSTAL: 4490-421

IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	VALENCIA / RESPOSTA SOCIAL	CLIENTES / UTENTES
Na sede	CEAP	50
Na sede	Lar Nº Senhora da Misericórdia	57
Na sede	Centro Dia	50
Na sede	Centro Dia-Laúndos	10
Na sede	Resid. p/ Idosos	38
Na sede	Apoio Domiciliário Idosos	85
Na sede	Lar de Grandes Dependentes	41
Na sede	U.C.C.Integrados – MD	21
Na sede	U.C.C.Integrados – LD	27
Na sede	Centro de Medicina Física e de Reabilitação	-
Na sede	S.Relig.Católico	-

A DIRECÇÃO:

LOCAL - Póvoa de Varzim

DATA - 17 de novembro de 2015

ASSINATURAS _____

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Póvoa de Varzim, 29 de novembro de 2015

ASSINATURA DO PRESIDENTE

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA 2016

(Em euros)

Código da Conta	Gastos e Perdas	Valores	
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		
61211	Géneros Alimentares	392.750,00	
61211	Outros	287.960,00	680.710,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621	Subcontratos	0,00	
6221/8	Serviços Especializados	598.990,00	
6231/8	Materiais	15.900,00	
6241/8	Energia e fluidos	340.600,00	
6251/8	Deslocação, Estadas e Transporte	900,00	
6261/8	Serviços Diversos	102.710,00	1.059.100,00
63	Gastos com o Pessoal		
6321	Remunerações Certas	2.317.036,60	
6322	Remunerações Adicionais	0,00	
633	Formação Profissional	1.500,00	
635	Encargos Sobre Remunerações	508.192,30	
636	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	39.389,60	
637/8	Outros Custos com o Pessoal	99.851,50	2.965.970,00
64	Gastos de Depreciação e de Amortização		204.880,00
67	Provisões do Período		0,00
68	Outros Gastos e Perdas		
681	Impostos	790,00	
684	Perdas em inventário	4.090,00	
68881	Apoio pecuniário a carênciados.....	4.550,00	
68882	Gratificações e estímulo a utentes	12.000,00	
6883	Quotizações	3.000,00	
6889	Outros	0,00	24.430,00
			4.935.090,00
69	Gastos de Financiamento e Perdas Similares		
691	Juros Suportados	20.790,00	
698	Outros	0,00	20.790,00
	RESULTADO LÍQUIDO PREVISIONAL		14.620,00
	TOTAL		4.970.500,00

CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA 2016

(Em euros)

Código da Conta	Rendimentos e Ganhos	Valores	
71	Vendas		0,00
72	Prestações de serviços		
721	Quotas dos Utilizadores - Matrículas e Mensalidades de Utentes	3.142.090,00	
722/8	Outros	54.230,00	3.196.320,00
74	Trabalhos para a Própria Instituição		
748	Para Autoconsumos	0,00	
749	Para Outros	0,00	0,00
75	Comparticipações, Subsídios Eventuais á Exploração		
751	Comparticipações do Estado e Outros Entes Públicos		
7511	Centro Distrital de Segurança Social	1.075.816,20	
7514/8	Outros	112.613,80	
752/8	Subsídios de Outras Entidades	0,00	1.188.430,00
76	Reversões		0,00
77	Ganhos por Aumentos de Justo Valor		0,00
78	Outros Rendimentos e Ganhos		
781	Rendimentos Suplementares	96.150,00	
784	Ganhos em Investimentos	0,00	
787	Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros.....	169.060,00	
783	Subsídios para Investimento (Transferência)	98.243,00	
782/8	Outros	221.377,00	584.830,00
79	Juros e Outros Rendimentos Similares		4.969.580,00
791	Juros Obtidos	920,00	
798	Outros Rendimentos Similares	0,00	920,00
			<u>4.970.500,00</u>

RESUMO:

EBITDA previsto	239.370,00
Resultados operacionais	34.490,00
Resultados líquido previsional	14.620,00

A MESA ADMINISTRATIVA

Orçamento de investimentos 2016

1- Investimento a realizar ao abrigo do “Programa de Reabilitação Urbana” integrado numa candidatura global da autarquia ao programa “Norte 2020”, que contemplará esta misericórdia, conforme as ações seguintes:

a) ação designada por “Requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas da Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim”, com um custo de investimento previsto, após adicionar 50% do IVA à taxa normal, que pela legislação em vigor não é recuperável.

Total do valor do investimento 1.932.850,00

b) ação designada por “Reabilitação da Igreja da Misericórdia da Póvoa de Varzim”, com um custo de investimento previsto, após adicionar 50% do IVA à taxa normal, que pela legislação em vigor não é recuperável.

Total do valor do investimento 229.690,00

Estes investimentos, caso sejam aprovados, são financiados através do referido programa em 85%, sendo o restante objeto de recurso ao crédito bancário ou/e autofinanciamento, conforme a melhor opção a tomar pela instituição.

Fontes de financiamento:

- “Programa de Reabilitação Urbana” (85%)	1.838.160,00
- Empréstimos bancários/autofinanciamento (15%)	324.380,00
	<hr/>
	2.162.540,00

2- Investimento num sistema fotovoltaico para produção de energia elétrica, dimensionado segundo as necessidades de consumo da Santa Casa da Misericórdia, com um custo de investimento, adicionado do IVA à taxa normal em vigor, não sendo recuperável o IVA relativo a equipamentos.

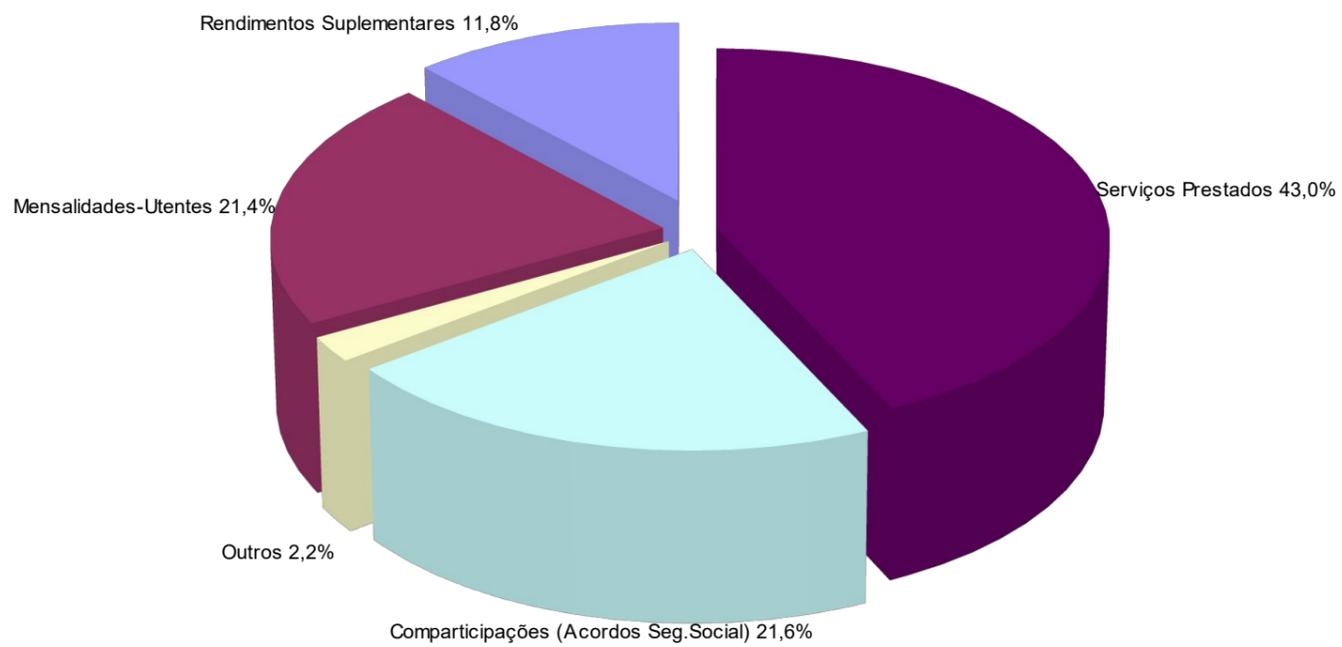
Total do valor do investimento 180.320,00

Este investimento será financiado através de uma linha própria para as energias renováveis dentro do programa “Norte 2020” mas, se não for possível, com o recurso ao crédito bancário ou/e autofinanciamento, conforme o que for mais vantajoso para a misericórdia.

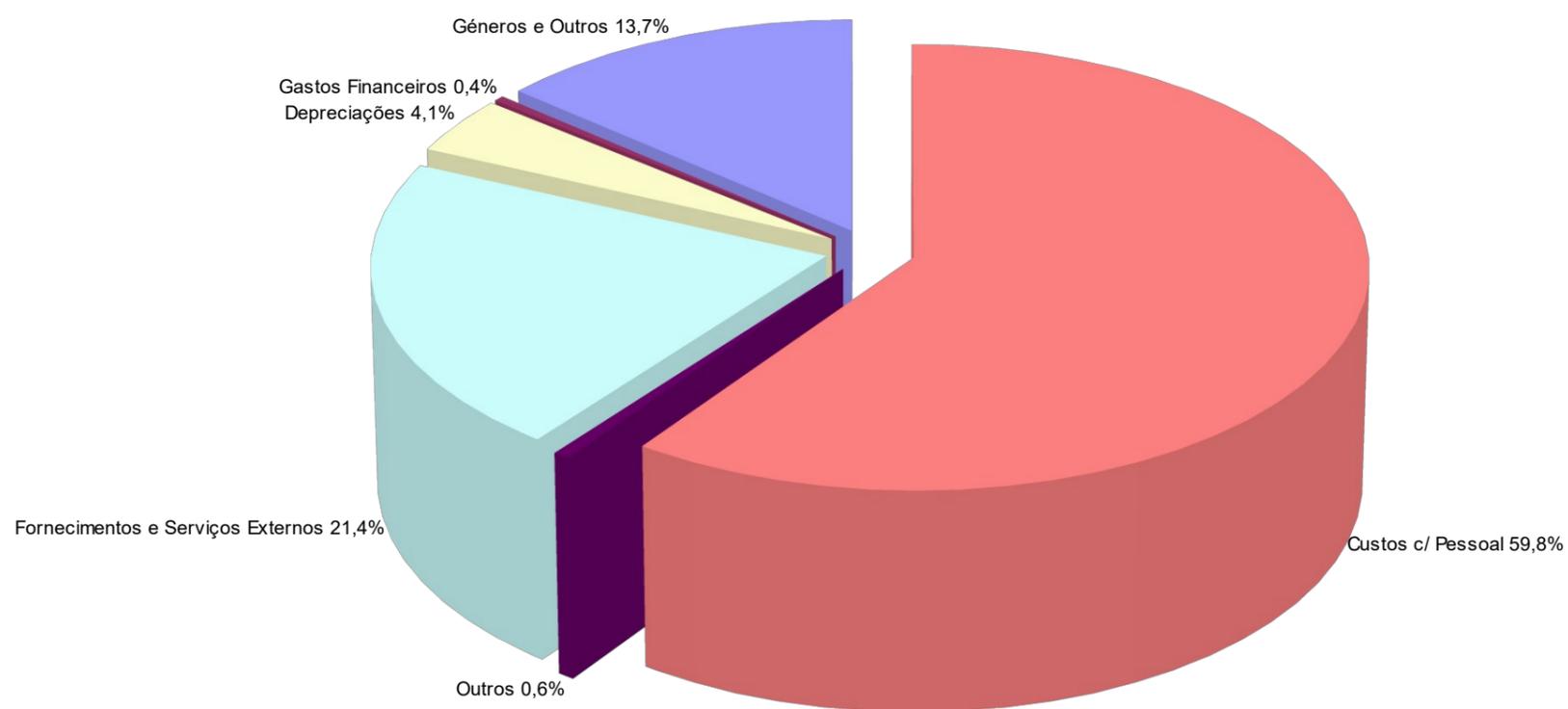
Quadro resumo:

Descrição	Autofinanciamento/crédito bancário	Subsid.Programa “Norte 2020”	Total
Reconstrução edifício residencial	289.927,50	1.642.922,50	1.932.850,00
Reabilitação igreja	34.453,50	195.236,50	229.690,00
Equip./material energético fotovoltaico	180.320,00	0,00	180.320,00
Total	504.701,00	1.838.159,00	2.342.860,00

RENDIMENTOS E GANHOS PREVISIONAIS



GASTOS E PERDAS PREVISIONAIS



Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim

Orçamento de Exploração para 2016
(por natureza)

Conta	Rendimentos e Gastos		2016
72	Serviços prestados	+	3.196.320,00
75	Comparticipações e subsídios eventuais	+	1.188.430,00
61	Custos mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	680.710,00
62	Fornecimentos e serviços externos	-	1.059.100,00
63	Gastos com pessoal	-	2.965.970,00
78	Outros rendimentos e ganhos	+	584.830,00
68	Outros gastos e perdas	-	24.430,00
	Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos	=	239.370,00
64	Gastos de depreciação e da amortização	-	204.880,00
	Resultado operacional	=	34.490,00
79	Juros e rendimentos similares obtidos	+	920,00
69	Juros financiamento e perdas similares	-	20.790,00
81	Resultado líquido do período	=	14.620,00

Orçamento de Exploração para 2016
(por funções)

Rendimentos e Gastos		2016
Serviços prestados	+	3.196.320,00
Custos mercadorias consumidas e dos serviços prestados (61 + 63 – 63 G.Adm)	-	3.304.457,20
Resultado bruto	=	108.137,20
Outros rendimentos	+	1.773.260,00
- I.S.S.IP-C.D.S.S. (7511)		1.075.816,20
- Outros (75 – 7511 + 78)		697.443,80
Gastos administrativos (62 + 64 + 63 G.Adm)	-	1.606.202,80
Outros gastos (681 + 688)	-	24.430,00
Resultados operacionais	=	34.490,00
Gastos de financiamento (69 - 79)	-	19.870,00
Resultado Líquido do período	=	14.620,00

Corpos Sociais para o triénio 2013/2015

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente *Manuel Alves de Aguiar Quintas (Dr.)*
Vice-Presidente *Nuno Manuel Vasconcelos Tavares Moreira (Prof.Dr.)*
Secretários *Mateus Manuel Maio Ribeiro*
João Pereira Gomes
Suplente *Ana Paula Terroso Baptista Lima (Dra)*

DEFINITÓRIO

Presidente *José Filipe de Carvalho*
Vogais *Maria Emília Macedo Oliveira*
José Carlos Brandão Gomes (Dr.)
Suplentes *Jorge Manuel Guimarães Caimoto (Dr.)*
José Antunes Santos Silva (Dr.)
Joaquim José Pereira Figueiredo

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor *Virgílio Alfredo Tavares Ferreira (Engº)*
Vice-Provedor *Pedro Manuel Arteiro Falé (Prof.)*
Secretário *José Manuel Lobo Martins*
Tesoureiro *Mário José Rodrigues*
Vogais *Alberto Eiras Gomes dos Santos*
Armando Rocha Marques
Manuel Fernando Faria Souto (Dr.)
Mário José Leite
Óscar Aníbal Fernandes Ribeiro
Suplentes *António Fernando Maio Ribeiro*
Manuel Abel Milhazes Rigor
Manuel Gomes Moreira

